

Aversão recíproca

Não é preciso provocar: basta o acesso aos gabinetes ocupados pelos gurus do governo, sentar e ouvir. A qualquer pretexto, ou mesmo sem motivação clara, logo a conversa gira e se fixa na avaliação depreciativa do Congresso, desde sua atual e decepcionante composição até a corrosiva crítica ao comportamento de senadores e deputados — com as exceções de praxe —, de um fisiologismo desbragado, da compulsiva fruição de privilégios e mordomias, do empirismo que descamba para o desdém do nepotismo, desaguando no voto amarrado ao interesse pessoal miúdo, barganhado na feira do jogo municipal.



Muda o tom conforme o interlocutor, desde a linguagem polida e diplomática que seleciona adjetivos para não resvalar para a agressão até o desembaraço da apreciação despiciada que se solta na qualificação desabrida.

No fundo, é a mesma coisa. Isto é, brotam da mesma fonte de ressentimento que abastece a aversão incontornável.

A começar pelo presidente Collor de Mello: é dele o tom de afinção de todo o governo.

Na longa conversa de duas horas e meia com mais de 30 repórteres políticos e econômicos, na casa do jornalista Carlos Chagas, em pé e sem arredar do lugar, Collor mediu cada palavra na crítica à estudentada da Câmara, derrubando a MP 296 e armando o fuzê lamentável do confronto entre o

Congresso e os ministros militares. Só agora e a custo, os remendos vão tapando mal e mal o buraco da crise, com o aviamento de solução de emergência. O mal, entretanto, está feito. Os militares saíram do seu canto, passaram um pito no Congresso, que reagiu num suspiro não piegas que mais pareceu um pedido de desculpas.

Com a experiência de 15 meses de mandato, Collor aprendeu a não bater de frente com o Congresso. Acontece que ele não se contém e acaba compelido a remoer os ressentimentos represados e que rolam desde a campanha. Não ignora o presidente que o Congresso não o absorve porque ele não é do ramo, não pertence à casa, não é um representante das estruturas tradicionais. Elegeu-se correndo por fora, em galope solitário. Meia dúzia de alagoanos embarcaram na canoa da aventura. Nenhum grande partido ficou ao seu lado, nem mesmo na bipolarização do segundo turno. A história é sabida, tantas vezes lembrada. Mas o presidente mexe nas recordações que lhe são gratas da campanha vitoriosa para justificar a precariedade da sua instável base parlamentar, exigindo a negociação no varejo em cada votação importante. Recusa-se a entrar na troca do voto pelo atendimento de

pleitos tradicionais, a ratear o governo para cimentar o apoio parlamentar. O jeito, portanto, é submeter-se à realidade e ir levando aos trancos e barrancos, buscando aliciar votos com os argumentos do interesse nacional.

A explicação não apresenta novidade nem está longe da verdade. Mas, na frequência da repetição perpassa o azedume do relacionamento conflituoso de parceiros que se detestam.

Ora, não é preciso assinalar os inconvenientes da tensão permanente que arruina as relações obrigatórias entre o Legislativo e a Presidência da República.

Mas, se o governo cultiva animosidade que, a esta altura, parece incontornável, a verdade é que o conceito do Congresso anda muito por baixo, e não apenas no Palácio do Planalto e arredores.

Sobe da sociedade, no registro dos índices majoritários de abstenções, votos em branco e nulos das eleições para a renovação dos atuais mandatos parlamentares, na rejeição maciça apurada pelas pesquisas, até a cúpula do governo, o mesmo sentimento de decepção e de desânimo. Perigosamente, a cada dia como que se aprofunda a repulsa e a convicção de que o Congresso, como instituição, não merece o respeito popular e é rigorosamente irrecuperável. Pelo menos, não há sinais de esperança no milagre da regeneração.

Vá lá que se debite a má vontade do governo às peripécias da campanha e ao desen-

contro entre o projeto pessoal de Collor e os interesses corporativos dos parlamentares.

Mas, é só atravessar a auto-estrada de mão dupla que separa o Palácio do Pla-

nalto do latifúndio em que o Congresso se dispersa para retomar o mesmo tema da conversa, no mesmo diapasão, com algumas das melhores figuras remanescentes da casta em desagregação. A nota saudosista convoca a emoção para a lembrança dos tempos de prestígio da instituição parlamentar, apoiada na vivacidade do plenário, a pulsar nos grandes debates que mereciam ampla cobertura da imprensa. Desencavar da memória os nomes ilustres que freqüentavam a tribuna é um exercício penoso: a comparação inevitável com a mediocridade de plenário de anônimos desemboca na perplexidade da busca das causas e da inviabilidade de soluções corretivas.

Por tudo isso, não convém percorrer os desvios da especulação. Vale, talvez, a advertência do simples registro do flagrante. Governo e Congresso não conseguem entender-se porque os separa uma incompatibilidade insanável. O governo tem suas culpas no cartório, empilha erros e tolices. A crise do Congresso é mais séria e preocupante. E o pior é que o esforço de modernização corretiva esbarrou em resistências e empacou. As propostas encaminhadas à Mesa pela comissão de deputados caíram na vala do esquecimento em que foi lançado o projeto. O buraco é o mesmo.

Com a experiência de 15 meses de mandato, o presidente Collor aprendeu a não bater de frente com o Congresso